



ABIN

AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA

CARGO

16

CONCURSO PÚBLICO

NÍVEL SUPERIOR

OFICIAL TÉCNICO DE INTELIGÊNCIA ÁREA DE SERVIÇO SOCIAL

Caderno de Provas Objetivas e Discursiva

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Ao receber este caderno de provas, confira inicialmente se os seus dados pessoais, transcritos acima, estão corretos e coincidem com o que está registrado na sua folha de respostas e na sua folha de texto definitivo da prova discursiva. Confira também o seu nome em cada página numerada deste caderno. Em seguida, verifique se ele contém a quantidade de itens indicada em sua folha de respostas, correspondentes às provas objetivas, e a prova discursiva, acompanhada de espaço para rascunho. Caso o caderno esteja incompleto, tenha qualquer defeito ou apresente discordância quanto aos seus dados pessoais, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores nesse sentido.
- 2 Quando autorizado pelo chefe de sala, no momento da identificação, escreva, no espaço apropriado da **folha de respostas**, com a sua caligrafia usual, a seguinte frase:
A única amizade que vale é a que nasceu sem razão.
Conforme previsto em edital, o descumprimento dessa instrução implicará a anulação das suas provas e a sua eliminação do concurso.
- 3 O espaço para rascunho da prova discursiva, de uso opcional, não contará para efeito de avaliação.
- 4 Não utilize lápis, lapiseira (grafite), borracha e(ou) qualquer material de consulta que não seja fornecido pelo CESPE/UnB.
- 5 Não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização do chefe de sala.
- 6 Não serão fornecidas folhas suplementares para rascunho nem para texto definitivo.
- 7 Na duração das provas, está incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas —, ao preenchimento da folha de respostas e à transcrição do texto para a folha de texto definitivo da prova discursiva.
- 8 Ao terminar as provas, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua folha de respostas e a sua folha de texto definitivo e deixe o local de provas.
- 9 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em edital, no presente caderno, na folha de respostas ou na folha de texto definitivo poderá implicar a anulação das suas provas.

OBSERVAÇÕES

- Não serão conhecidos recursos em desacordo com o estabelecido em edital.
- Informações adicionais: telefone 0(XX) 61 3448-0100; Internet – www.cespe.unb.br.
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

- De acordo com o comando a que cada um dos itens a seguir se refira, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **folha de respostas**, único documento válido para a correção das suas provas objetivas.
- Nos itens que avaliam conhecimentos de informática, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração padrão, em português, que o *mouse* está configurado para pessoas destras, que expressões como **clicar**, **clique simples** e **clique duplo** referem-se a cliques com o botão esquerdo do *mouse* e que **teclar** corresponde à operação de pressionar uma tecla e, rapidamente, liberá-la, acionando-a apenas uma vez. Considere também que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.

CONHECIMENTOS GERAIS

Texto para os itens de 1 a 11

Com relação às ideias do texto, julgue os itens seguintes.

1 Nas últimas décadas, o aumento dos índices de criminalidade e a atuação de organizações criminosas transnacionais colocaram a segurança pública entre as principais preocupações da sociedade e do Estado brasileiros. 4 A delinquência e a violência criminal afetam, em maior ou menor grau, toda a população, provocando apreensão e medo 7 na sociedade, e despertando o sentimento de descrença em relação às instituições estatais responsáveis pela manutenção da paz social.

10 No projeto Segurança Pública para o Brasil, da Secretaria Nacional de Segurança Pública, aponta-se como principal causa do aumento da criminalidade o tráfico de drogas e de armas. A articulação entre esses dois ilícitos potencializa e diversifica as atividades criminosas. Homicídios dolosos, roubos, furtos, sequestros e latrocínios estão, 16 frequentemente, associados ao consumo e venda de drogas e à utilização de armas ilegais.

Mundialmente, o tripé integrado por narcotraficantes, 19 terroristas e contrabandistas de armas atua em conjunto ou de forma complementar, constituindo uma grave ameaça à sociedade e aos Estados nacionais. A globalização favoreceu a expansão geográfica dos crimes transnacionais, cujos agentes utilizam as facilidades comerciais, as comunicações e os múltiplos meios de transportes para encobrir suas atividades 22 ilícitas.

Em razão da complexidade, da amplitude e do poderio das redes criminosas transnacionais, a solução para a criminalidade depende de decisões político-econômico-sociais e, concomitantemente, de ações preventivas e repressivas de órgãos estatais. Nesse contexto, as operações de inteligência 31 são instrumentos legais de que dispõe o Estado na busca pela manutenção e proteção de dados sigilosos.

A Agência Brasileira de Inteligência (ABIN), órgão central do Sistema Brasileiro de Inteligência (SISBIN), deve assumir a missão de centralizar, processar e distribuir dados e informações estratégicas para municiar os órgãos policiais (federais, estaduais e municipais) nas ações de combate ao crime organizado. Além disso, a ABIN é responsável por manter contato com os serviços de inteligência parceiros, para 40 favorecer a troca de informações e a cooperação multilateral.

Cristina Célia Fonseca Rodrigues. A atividade operacional em benefício da segurança pública: o combate ao crime organizado. In: Revista Brasileira de Inteligência. Brasília: ABIN, n.º 5, out./2009. Internet: <www.abin.gov.br> (com adaptações).

- 1 Depreende-se da leitura do texto que uma das razões para o descrédito das instituições responsáveis pela segurança pública é a corrupção existente entre seus membros.
- 2 Das informações do texto conclui-se que o intercâmbio de dados e informações entre agências de inteligência coíbe a expansão de redes criminosas.
- 3 Considerando-se que as operações de inteligência são instrumentos legais disponíveis ao Estado, é correto inferir que os serviços de inteligência prescindem das formalidades legais para a obtenção de dados sigilosos.
- 4 O argumento de que a criminalidade é intensificada pela associação do narcotráfico com o contrabando de armas reforça a ideia central do texto, que pode ser expressa nos seguintes termos: os serviços de inteligência são imprescindíveis para a redução da criminalidade no mundo.
- 5 De acordo com o texto, o processo de globalização é o principal responsável pelo aumento dos índices de criminalidade no Brasil.
- 6 Infere-se do texto que as autoridades do Estado devem valer-se dos serviços de inteligência para combater o crime organizado.

Com referência às estruturas linguísticas empregadas no texto, julgue os itens subsequentes.

- 7 A substituição da expressão “ao crime organizado” (l.37-38) por **a criminalidade** alteraria o sentido original do texto, mas não prejudicaria a correção gramatical do período.
- 8 Estaria gramaticalmente correto o emprego da preposição **a** antes de “toda a população” (l.6) — **a toda a população** — visto que a forma verbal “afetam” (l.5) apresenta dupla regência.
- 9 A supressão das vírgulas que isolam a expressão “da Secretaria Nacional de Segurança Pública” (l.10-11) alteraria o sentido do texto, visto que estaria subentendida a existência de, pelo menos, mais um projeto denominado Segurança Pública para o Brasil.
- 10 Na linha 31, a preposição “de” empregada antes de “que” é exigência sintática da forma verbal “dispõe”; portanto, sua retirada implicaria prejuízo à correção gramatical do período.
- 11 A substituição do termo “estratégicas” (l.36) por **estratégicos** não causaria prejuízo à correção gramatical nem ao sentido do texto.

Os itens a seguir são excertos adaptados do texto **A atividade operacional em benefício da segurança pública: o combate ao crime organizado** (*op. cit.*). Julgue-os no que se refere à correção gramatical e à coerência das ideias.

- 12 Os dados e as informações reunidas pelas operações de inteligência possibilitam a identificação e a compreensão das características, da estrutura, das formas de financiamento e do modo de operação das organizações criminosas e de seus componentes.
- 13 A globalização do crime e as perspectivas de crescimento das organizações criminosas transnacionais com ampliação de redes de atuação e constantes inovações no modo de ação exige dos Estados nacionais atividades coordenadas a nível de segurança pública.
- 14 Para combater, eficientemente, as diversas modalidades de crimes transnacionais é preciso penetrar na hierarquia compartimentalizada das organizações criminosas para conhecer seus objetivos e ligações e antecipar suas ações.
- 15 Os crimes transnacionais proliferam à velocidade altíssima, por conseguinte, beneficiam-se do avanço das telecomunicações, razão porque a inteligência torna-se essencial para o combate dos mesmos.

Considere que, em um órgão de inteligência, o responsável por determinado setor disponha de 20 agentes, sendo 5 especialistas em técnicas de entrevista, 8 especialistas em reconhecimento operacional e 7 especialistas em técnicas de levantamento de informações, todos com bom desempenho na tarefa de acompanhamento de investigado. A partir dessas informações, julgue os itens a seguir.

- 16 Se, para cumprir determinada missão, for necessário fazer, simultaneamente, reconhecimento operacional em 3 locais diferentes, então o responsável pelo setor terá 340 maneiras distintas de compor uma equipe da qual façam parte 3 agentes especialistas para essa missão, sendo um especialista para cada local.
- 17 Considere que uma das técnicas de acompanhamento de investigado que se desloque por uma rua retilínea consista em manter um agente no mesmo lado da via que o investigado, alguns metros atrás deste, e dois outros agentes do lado oposto da rua, um caminhando exatamente ao lado do investigado e outro, alguns metros atrás. Nessa situação, há 10 maneiras distintas de 3 agentes previamente escolhidos se organizarem durante uma missão de acompanhamento em que seja utilizada essa técnica.
- 18 Há mais de 270 maneiras distintas de o responsável pelo setor organizar uma equipe composta por 1 especialista em entrevista, 1 em reconhecimento operacional e 1 em levantamento de informações, para determinada missão.

Um entrevistador obteve de um suspeito a seguinte declaração: “Ora, se eu fosse um espião, então eu não amaria o meu país, pois eu amo o meu país, ou sou um traidor da pátria, já que não é possível acontecer as duas coisas ao mesmo tempo. Agora, se eu não fosse um traidor da pátria, então eu amaria o meu país. Logo, eu não sou um espião e amo o meu país.”

Considerando a lógica sentencial apresentada, julgue os itens subsequentes.

- 19 O argumento do suspeito é um argumento válido.
- 20 A negação da conclusão do argumento utilizado pelo suspeito é equivalente à seguinte proposição: “eu sou um espião ou não amo o meu país”.

Acerca do uso de ferramentas, técnicas e aplicativos para a Internet e *intranet*, julgue os itens que se seguem.

- 21 A utilização dos padrões de correio eletrônico implica a geração automática, pelo IMAP (*Internet message access protocol*), de uma assinatura digital, que pode ser verificada pelo destinatário.
- 22 A troca de mensagens eletrônicas entre cidades geograficamente distantes não pode ser realizada por meio de uma *intranet*, em razão das características dos protocolos de *email* usados em uma rede corporativa.

Com relação ao ambiente Microsoft Office, julgue os próximos itens.

- 23 Uma planilha criada no Excel 2007 e armazenada em arquivo no formato *xlsx* pode ser exportada para o padrão XML, por meio do próprio Excel 2007.
- 24 Um documento criado no Word 2003 pode ser aberto no Word 2007 e salvo no formato *docx*.

Julgue o item abaixo, a respeito de mecanismos de segurança da informação, considerando que uma mensagem tenha sido criptografada com a chave pública de determinado destino e enviada por meio de um canal de comunicação.

- 25 A mensagem criptografada com a chave pública do destinatário garante que somente quem gerou a informação criptografada e o destinatário sejam capazes de abri-la.

Com base na Lei n.º 9.883/1999, que instituiu o SISBIN e criou a ABIN, julgue os seguintes itens.

- 26 Os atos administrativos, no âmbito da ABIN, que viabilizem aquisições de bens e serviços cuja publicidade possa comprometer o êxito das atividades sigilosas da agência devem ser publicados em extrato, cabendo ao gestor utilizar, nesses casos, recursos orçamentários sigilosos.
- 27 O controle e a fiscalização externos da atividade de inteligência são exercidos pela Comissão Mista de Controle de Órgãos de Inteligência do Congresso Nacional, criada junto com a ABIN. Integram-na os presidentes das Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, os líderes da maioria e minoria na Câmara dos Deputados e no Senado Federal e o presidente do Tribunal de Contas da União.

De acordo com o que dispõe o Decreto n.º 4.376/2002 sobre a organização e funcionamento do SISBIN, julgue os próximos itens.

- 28 Exige-se, nas reuniões do conselho consultivo do SISBIN presença de, no mínimo, dois terços de seus membros.
- 29 As unidades da Federação podem compor o SISBIN, mediante ajustes específicos e convênios e aprovação necessária do conselho consultivo instituído pelo referido decreto.

Considerando os direitos, as obrigações e as competências dos ocupantes de cargos e funções da ABIN, julgue os itens que se seguem com base no disposto na Lei n.º 11.776/2008 e no Decreto n.º 6.408/2008.

- 30 A cessão dos titulares de cargos integrantes do quadro de pessoal da ABIN só é permitida para os casos previstos em legislação específica ou investidura em cargo de natureza especial ou do grupo de direção e assessoramento superiores (DAS), nos níveis 4, 5 e 6, ou equivalentes.
- 31 A propriedade intelectual criada por qualquer agente público em decorrência do exercício de suas atribuições ou na condição de representante da ABIN pertence exclusivamente à União, determinação que não abrange a produção intelectual dos alunos de cursos ministrados pelo órgão, nem patentes requeridas por ex-servidor da ABIN depois de decorrido um ano após a extinção do seu vínculo empregatício.

Julgue os próximos itens com base no que estabelece o Código Penal sobre falsidade documental e crimes praticados por funcionário público.

- 32 O funcionário que inserir ou facilitar, alterar ou excluir indevidamente dados corretos nos sistemas informatizados ou bancos de dados da administração pública com o fim de obter vantagem indevida para si ou para outrem, ou para causar dano está sujeito a pena de reclusão de dois a doze anos, e multa, devendo, ainda, as penas ser aumentadas de um terço até a metade se a modificação ou alteração resultar em dano para a administração pública ou para o administrado.
- 33 A omissão, em documento público, de declaração que dele deveria constar, ou a inserção de declaração falsa ou diversa da que deveria ter sido escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato jurídico relevante, sujeita o funcionário público a pena de reclusão de um a cinco anos e multa, se o documento for público; e de um a três anos e multa, se o documento for particular. A pena será aumentada em um sexto se a falsificação ou alteração for de assentamento de registro civil.

Julgue os próximos itens, relativos à salvaguarda de dados, informações, documentos e materiais sigilosos de interesse da segurança da sociedade e do Estado no âmbito da administração pública federal.

- 34 Os equipamentos e sistemas utilizados para a produção de documentos com grau de sigilo secreto, confidencial e reservado só podem integrar redes de computadores que possuam sistemas de criptografia e segurança adequados à proteção dos documentos e que sejam física e logicamente isoladas de qualquer outra.
- 35 Os titulares de órgãos ou entidades públicos encarregados da preparação de planos, pesquisas e trabalhos de aperfeiçoamento ou de novo projeto, prova, produção, aquisição, armazenagem ou emprego de material sigiloso são os responsáveis pela expedição das instruções adicionais que se tornarem necessárias à salvaguarda dos assuntos a eles relacionados.
- 36 Os órgãos e entidades públicos e as instituições de caráter público, para dar conhecimento de minuta de contrato cujo objeto seja sigiloso ou cuja execução implique a divulgação de desenhos, plantas, materiais, dados ou informações de natureza sigilosa devem exigir dos interessados na contratação a assinatura de termo de compromisso de manutenção do sigilo.
- 37 A preparação, impressão ou, se for o caso, reprodução de documento sigiloso efetuada em tipografias, impressoras, oficinas gráficas ou similares devem ser acompanhadas por pessoa oficialmente designada para tanto, sendo ela responsável pela garantia do sigilo durante a confecção do documento e pela eliminação de notas manuscritas, tipos, clichês, carbonos, provas ou qualquer outro recurso que possa dar origem a cópia não autorizada do todo ou parte.

Acerca da Política de Segurança da Informação (PSI) nos órgãos e entidades da administração pública federal, instituída pelo Decreto n.º 3.505/2000, julgue os seguintes itens.

- 38 Cabe à Secretaria de Defesa Nacional, assessorada pelo Comitê Gestor da Segurança da Informação e pelo Departamento de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico da ABIN, estabelecer normas, padrões, níveis, tipos e demais aspectos relacionados ao emprego dos produtos que incorporem recursos criptográficos, de modo a assegurar-lhes confidencialidade, autenticidade e integridade, assim como a garantir a interoperabilidade entre os sistemas de segurança da informação.
- 39 Os membros do Comitê Gestor da Segurança da Informação só podem participar de processos, no âmbito da segurança da informação, de iniciativa do setor privado, caso essa participação seja julgada imprescindível para atender aos interesses da defesa nacional, a critério do Comitê Gestor e após aprovação do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República.
- 40 Entre os objetivos da PSI, insere-se o estímulo à participação competitiva do setor produtivo no mercado de bens e de serviços relacionados com a segurança da informação, incluindo-se a fabricação de produtos que incorporem recursos criptográficos.

Julgue os itens seguintes, acerca da segurança pública e das Forças Armadas.

- 41 Segundo entendimento do Supremo Tribunal Federal, os aspectos relativos à legalidade da imposição de punição constritiva da liberdade, em procedimento administrativo castrense, podem ser discutidos por meio de *habeas corpus*.
- 42 É permitido a um estado da Federação criar instituto geral de perícias estadual e inseri-lo no rol constitucional dos órgãos encarregados do exercício da segurança pública.
- 43 As corporações consideradas forças auxiliares e reserva do Exército subordinam-se aos governadores dos estados, do Distrito Federal e dos territórios.

Com referência a aspectos constitucionais, julgue os itens que se seguem.

- 44 Embora seja da competência da União legislar sobre defesa territorial, na hipótese de ocorrência de omissão legislativa acerca desse tema, aos estados-membros é concedida autorização constitucional para o exercício da competência legislativa suplementar.
- 45 A soberania popular é exercida, em regra, por meio da democracia representativa. A Constituição Federal brasileira consagra, também, a democracia participativa ao prever instrumentos de participação intensa e efetiva do cidadão nas decisões governamentais.

Julgue os itens subsequentes, a respeito dos poderes e atos administrativos.

- 46 A revogação de um ato revogador não restaura, automaticamente, a validade do primeiro ato revogado.
- 47 Considere a seguinte situação hipotética.
Um município estabeleceu que somente seriam concedidos alvarás de funcionamento a restaurantes que tivessem instalado exaustor de fumaça acima de cada fogão industrial. Na vigência dessa determinação, um fiscal do município atestou, falsamente, que o restaurante X possuía o referido equipamento, tendo-lhe sido concedido o alvará. Dias após a fiscalização, a administração verificou que não havia no referido estabelecimento o exaustor de fumaça.
Nessa situação hipotética, considera-se nulo o alvará, dada a inexistência de motivo do ato administrativo.
- 48 A licença é um ato administrativo que revela o caráter preventivo da atuação da administração no exercício do poder de polícia.

No que se refere ao regime jurídico dos servidores públicos civis da administração federal, julgue os itens a seguir.

- 49 O servidor público removido de ofício, no interesse da administração, pode alegar a garantia da inamovibilidade para permanecer no local onde exerce suas funções.
- 50 Afasta-se a responsabilidade penal do servidor público que pratique fato previsto, na legislação, como contravenção penal, dada a baixa lesividade da conduta, subsistindo a responsabilidade civil e administrativa.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Um empregado com 36 anos de idade, solteiro, técnico responsável pela manutenção do sistema de informática, foi encaminhado, pelo setor de recursos humanos da instituição em que trabalha, para ser atendido por um profissional de serviço social, o qual identificou tratar-se de um quadro depressivo, que levava o empregado a ausentar-se do trabalho reiteradas vezes.

A partir da situação hipotética acima apresentada, julgue os itens a seguir, relativos ao processo de intervenção profissional.

- 51 Em situações como a apresentada, recomenda-se usar, na entrevista inicial, a técnica de questionamento, visto que é nesse momento que se definem a dinâmica de trabalho e a forma de coleta dos dados.
- 52 Os grupos socioeducativos, que consistem em grupos de aprendizagem a partir do desenvolvimento de atitudes e compreensão das situações vivenciadas por seus integrantes, podem ser usados como forma de prevenção a situações como a apresentada.
- 53 A realidade do empregado, tal como apreendida pelo assistente social durante a conversa mantida na entrevista, deve ser documentada por meio de um relatório, o qual deve ser arquivado de tal forma que possa ser acessado, sempre que necessário, pelos profissionais que compõem a equipe que atendeu ao servidor.
- 54 A perícia social corresponde ao processo de discussão, em parceria com outros profissionais, para a tomada de decisão sobre os procedimentos a serem adotados no atendimento ao servidor e a seus familiares após a confirmação do diagnóstico de depressão.
- 55 A comunicação escrita pelo assistente social, que tem por finalidade registrar os atendimentos individuais e coletivos, deve limitar-se ao fato apresentado pelo empregado e por sua família, e ser desprovida de conteúdo ideológico.
- 56 Para atender o empregado e sua família, o assistente social precisa, por exemplo, dispor de um espaço físico com ventilação adequada e porta fechada, de forma a garantir o sigilo, e, caso constate inadequações nas condições de atendimento, o profissional tem, sob pena de notificação, o dever de informar à instituição em que trabalha, por escrito, a situação encontrada.
- 57 Nessa situação, uma equipe interdisciplinar deve intervir, e o posicionamento técnico da equipe deve ser expresso mediante a emissão de parecer conjunto.
- 58 Para obter informações sobre a situação do empregado, nessa situação, a primeira medida a ser tomada pelo profissional de serviço social deve ser a convocação da família para ir até a instituição, e, somente no caso de impossibilidade de comparecimento da família, a visita domiciliar deverá ser agendada.

Julgue os itens subsequentes, relativos a instituições e à prática institucional.

- 59 Entre as funções que o serviço social desempenha como instituição, identifica-se a função mediadora, que se processa, na prática, conforme a situação conjuntural, que leva em conta os interesses e as demandas sociais, e conforme a situação contextual, que corresponde aos objetivos institucionais.
- 60 A instituição deve ser percebida como o ponto de convergência das instâncias econômica e política bem como da ideológica, que constitui o ponto de junção simbólica entre infraestrutura e superestrutura de uma formação social.
- 61 As instituições têm por objeto um conjunto de relações sociais consideradas significativas para o desenvolvimento de sua ação de controle na sociedade.
- 62 A instituição é considerada uma entidade política e configura-se como espaço contraditório, na medida em que há relações de poder que favorecem o monopólio de um determinado grupo social.
- 63 No quadro das organizações, a análise institucional deve caracterizar os agentes institucionais com base em suas posições estratégicas e nas injunções que sofrem em razão do contexto. Entre os agentes institucionais, destacam-se o público, que encarna o princípio do controle democrático, e o mandante, que representa os grupos sociais dominantes e seus interesses.

Julgue os itens seguintes, referentes a concepções e estratégias de trabalho com famílias.

- 64 Na definição da metodologia de trabalho com famílias, a consciência de lidar com um objeto-sujeito em constante mutação ampara-se na concepção de família como unidade doméstica fundamentada nos laços de consanguinidade e cuja estrutura de relações é construída com base na extensão desses laços.
- 65 A estrutura familiar (composição) é determinante para o modo de relacionamento interpessoal de uma família.
- 66 De acordo com a legislação em vigor, para se trabalhar com a concepção de matricialidade, deve-se observar a lógica da cidadania e do direito, e as práticas adotadas devem reiterar o caráter disciplinador.
- 67 De acordo com estudos recentes, vem-se fortalecendo a perspectiva político-ideológica que propõe uma divisão de responsabilidades entre a sociedade e o Estado no que se refere à proteção social, de tal forma que, no âmbito privado, a família assuma o papel do Estado.
- 68 As práticas sociais indicam que persiste o desequilíbrio na distribuição do trabalho doméstico, bem como na sua dinâmica e organização, permanecendo o padrão tradicional no que diz respeito aos papéis socialmente atribuídos aos homens e às mulheres.
- 69 Para o desenvolvimento de um trabalho com famílias, é importante conhecer os espaços físicos e geográficos, bem como a realidade da oferta dos serviços e programas existentes e do acesso a eles, dados que podem ser verificados por meio de indicadores sociais amplos.
- 70 Entre as características do trabalho socioeducativo com famílias, inclui-se a necessidade de obtenção de um conjunto de informações, análises e tendências gerais em relação às mudanças ocorridas no âmbito da instituição familiar.

Acerca dos diferentes enfoques teóricos e metodológicos de pesquisa, julgue os itens a seguir.

- 71 Por meio do método indutivo, parte-se de verdades universais para se obterem conclusões particulares.
- 72 Para o marxismo, a ética e a ciência são duas formas de consciência em relação dialética com as condições materiais de sua produção, e, para a fenomenologia, o componente ético é absoluto na relação da ciência com a sociedade.
- 73 A pesquisa científica pode ser identificada como sistematização de dados, sendo, por isso, considerada fundamental ao processo de conhecimento.
- 74 Nas situações em que o entrevistador vise obter resultados uniformes, recomenda-se o uso da entrevista estruturada, que possibilita a comparação imediata por meio de tratamentos estatísticos.
- 75 No processo de pesquisa, durante uma entrevista, a introdução de um questionamento estranho ao universo do entrevistado pode ser considerada uma das principais distorções que frequentemente invalidam as informações recolhidas.
- 76 No desenvolvimento de pesquisa qualitativa, é relevante compreender o contexto e as situações específicas de determinada questão; para tanto, o estudo de caso é importante, pois permite conhecer a história e a complexidade do que está sendo estudado.

Texto para os itens de 77 a 81

Estudos recentes demonstram a diminuição do risco de transmissibilidade do vírus da AIDS correlacionado com carga viral indetectável, fato que tem incentivado as políticas públicas a se voltarem para os trabalhos de adesão ao tratamento. Em 2008, iniciaram-se pesquisas com grupos focais de pacientes atendidos nos serviços ambulatoriais de DST/AIDS a fim de identificar fatores que possam ser determinantes para uma boa adesão à terapia. Os resultados apresentados por esses grupos focais, relacionados a questões de organização de serviços, equipes multidisciplinares, horários de atendimento, entre outros, vêm-se transformando em ferramentas de gestão que visam à melhoria do atendimento a esses pacientes e têm como objetivo, entre outros, uma maior adesão ao tratamento.

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de DST, AIDS e Hepatites Virais. **Resposta Brasileira 2008-2009**. Relatório de progresso do país. Brasília, mar./2010. Internet: <www.saude.gov.br> (com adaptações).

Tendo o texto acima como referência inicial, julgue os itens subsequentes, a respeito do uso de metodologias de pesquisa e demais aspectos relacionados à AIDS.

- 77 Os estados e municípios são responsáveis pelo gerenciamento da rede de serviços de assistência em AIDS, cuja sustentabilidade é garantida por meio de parcerias público-privadas.
- 78 A rede de serviços de assistência em AIDS que integra o Sistema Único de Saúde é composta por unidades dispensadoras de medicamentos, unidades de referência para tratamento (os serviços de assistência especializada), hospitais de referência, hospitais-dia e unidades de atendimento domiciliar terapêutico (*homecare*).

- 79 Recomenda-se a utilização do grupo focal, técnica de pesquisa qualitativa, de natureza diretiva, que coleta dados por meio de entrevista realizada em grupo, para identificar os fatores determinantes a uma maior adesão à terapia com uso de antirretrovirais.
- 80 Nas pesquisas em que utilizam grupos focais, o relatório dos resultados relacionados à avaliação da organização de serviços deve conter o registro de todas as falas decorrentes das interações entre os participantes do grupo, o que possibilita generalizações acerca do tema discutido.
- 81 Em pesquisas, embora a composição dos grupos focais de pacientes atendidos nos serviços ambulatoriais de DST/AIDS deva ser homogênea, características heterogêneas devem ser preservar, de modo que os participantes se sintam confortáveis na discussão para expressarem suas percepções e opiniões sobre os temas tratados.

No que se refere a intervenção e a concepções relativas ao uso de drogas, bem como à redução de danos decorrentes desse uso, julgue os itens subsequentes.

- 82 O modelo de redução de danos desvia a atenção do uso de drogas propriamente dito para suas consequências e efeitos prejudiciais ao usuário e à sociedade, enquanto o modelo moral compreende o uso de drogas como ilegal e propõe a redução da oferta por meio de proibição e punição.
- 83 Em debate recente, cientistas sociais discutiram os modelos biomédico, religioso e jurídico de tratamento de dependentes de *crack* e concluíram que esses modelos culpabilizam o usuário, deixando de lado sua subjetividade e o contexto social específico.
- 84 Atualmente, no que se refere à atuação dos profissionais do serviço social junto a usuários de *crack*, recomenda-se o ensino de formas de redução de danos, medida de saúde pública que contribui para reforçar os direitos à cidadania plena.
- 85 Redução de risco e redução de dano são expressões similares, que podem ser usadas como sinônimos para a compreensão do conceito de redução de danos.
- 86 Com o advento da AIDS, associada aos graves problemas relacionados ao uso de drogas injetáveis, as concepções acerca do uso de drogas passaram a ter como foco principal o problema da dependência às drogas, orientando-se no sentido da prevenção ao uso de drogas.
- 87 Nos tratamentos em que se adota a estratégia de redução de danos, o projeto terapêutico de cada usuário deve estar atrelado a um contrato terapêutico, e, caso o usuário não cumpra esse contrato, é recomendável efetivar seu desligamento e encaminhá-lo a outro serviço de natureza distinta.
- 88 Na literatura especializada, é consenso que a estratégia de redução de danos adotada na abordagem de usuários tardios transmite uma mensagem de descrença quanto à possibilidade de se interromper o uso de drogas.

Julgue os itens que se seguem, relacionados aos valores, aos princípios e à ética profissional no serviço social.

- 89** Os princípios que norteiam a profissão de assistente social, na perspectiva da competência profissional, incluem o compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e o compromisso com o aprimoramento intelectual.
- 90** O projeto ético-político do serviço social brasileiro norteia-se por escolhas teóricas, éticas e políticas que se pautam na expansão dos direitos sociais por meio da universalização dos bens e serviços.
- 91** Os elementos éticos de um projeto profissional restringem-se a normatizações morais e à prescrição de direitos e deveres.
- 92** A ética profissional, considerada a partir de uma perspectiva de totalidade, deve ser relacionada à moralização da realidade e dos conflitos sociais.
- 93** No enfrentamento da questão social como expressão particular do antagonismo de classes, a conexão entre ética e política deve ser minimizada, de modo a impedir o controle político-ideológico do Estado sobre os problemas de natureza moral individual.
- 94** O termo de consentimento livre e esclarecido, apoiado na resolução que trata da pesquisa com seres humanos e que criou a Comissão Nacional de Ética em Pesquisa, tem sua fundamentação filosófica orientada pela concepção teórica *principialista*, à qual se alinha a orientação do atual Código de Ética dos Assistentes Sociais.
- 95** A intervenção profissional, sob a perspectiva de ajustamento social e de psicologização da questão social, transforma em patologias as demandas por direitos sociais.
- 96** No exercício de sua atividade profissional, o assistente social deve informar o usuário acerca da natureza de sua intervenção apenas quando esta estiver relacionada à realização de pesquisa social.

Considerando que, no cotidiano da vida profissional, a intervenção na área social pressupõe o conhecimento da realidade, julgue os itens de **97** a **105**, referentes ao estudo de situações, processos, instrumentos e técnicas de gerenciamento.

- 97** A identificação sistemática e contínua de áreas críticas, de necessidades, de oportunidades e de ameaças é um dos objetivos do estudo de situações.
- 98** Para mudar uma situação ou realidade em determinado setor, é necessário planejamento, que pressupõe o conhecimento do modo como se engendram e estruturam as diferentes instâncias de poder que atuam dentro e fora desse setor e que agem sobre ele.
- 99** Para entender uma situação específica, não se pode tratá-la de maneira isolada de seu contexto social, assim como as propostas que digam respeito a estruturas parciais só podem abrir caminhos para mudanças mais amplas caso haja articulação com propostas que visem à mudança na sociedade.

- 100** A temporalidade é a característica básica dos projetos, que devem ter início e fim definidos claramente em função da destinação dos recursos.
- 101** Em uma organização, a representação gráfica do tempo estimado para a execução das atividades planejadas denomina-se fluxograma.
- 102** No processo de definição da abrangência de um projeto, a complexidade de um empreendimento é considerada fator determinante.
- 103** O gerenciamento de projeto inicia-se na fase de implantação e termina na fase de balanço da aplicação dos recursos financeiros.
- 104** Os processos e funções que compõem o conjunto estruturado e interativo do gerenciamento de projeto incluem as relações de trabalho, que envolvem motivação, supervisão, desenvolvimento de equipes e gerenciamento de conflitos.
- 105** A responsabilidade sobre a condução do método de planejamento de projetos orientado para objetivos (ZOOP) é do gerente da instituição executora, com a participação dos servidores ligados diretamente a ele.

Julgue os itens subsequentes, relativos à legislação no âmbito do serviço social.

- 106** O desagravo público constitui um direito a que o assistente social faz jus quando sua honra profissional é atingida, e, para exercê-lo, é necessário entrar com uma representação junto ao Conselho Federal de Serviço Social, ao qual compete a apuração dos fatos.
- 107** De acordo com a Lei n.º 8.662/1993, é atribuição privativa do assistente social prestar assessoria e consultoria a órgãos da administração pública direta e indireta, bem como a empresas privadas, em matéria relacionada ao serviço social.
- 108** É atribuição privativa do assistente social encaminhar providências e prestar orientação social a indivíduos, a grupos e à população em geral.
- 109** Em alteração recente da Lei n.º 8.662/1993, que dispõe sobre a profissão do assistente social, foi incluído artigo que estabelece em quarenta horas semanais a duração do trabalho do assistente social.
- 110** O exercício da profissão de assistente social é prerrogativa dos possuidores de diploma de curso superior em serviço social, sendo a designação de assistente social privativa daqueles habilitados na forma da lei, ou seja, inscritos no conselho regional de sua jurisdição.
- 111** No atendimento a pessoas com AIDS, a intervenção do assistente social compreende também o manejo e tratamento de problemas psíquicos e somáticos associados à doença.
- 112** De acordo com o Código de Ética do Assistente Social, o assistente social que for demitido de uma instituição deve repassar ao profissional que o substitua todo o material técnico existente, exceto o de caráter sigiloso, que deve ser incinerado.

Considerando a Lei n.º 8.742/1993, denominada Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), julgue os itens que se seguem.

- 113 A descentralização político-administrativa e o comando único inscritos na LOAS constituem diretrizes cuja finalidade é transferir às instâncias municipais o poder de execução sob o comando único do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome.
- 114 As comissões intergestoras de assistência social que atuam nas três esferas de governo configuram o sistema descentralizado e participativo de composição paritária.
- 115 O pagamento de auxílio por natalidade ou morte às famílias com renda *per capita* mensal inferior a um quarto do salário mínimo inclui-se entre os serviços assistenciais eventuais previstos na LOAS.
- 116 O benefício de prestação continuada, a que fazem jus às pessoas idosas que atendam aos requisitos previstos em lei para a concessão do benefício, deve ser revisto anualmente para avaliação da continuidade das condições que lhe deram origem.
- 117 O Fundo Nacional de Assistência Social, vinculado ao Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome e detentor de personalidade jurídica própria e autonomia administrativa e financeira, tem por finalidade financiar prestação de serviços, programas e projetos de assistência social.
- 118 A emissão e a renovação de certificados de entidades beneficentes de assistência social, de competência do Conselho Nacional de Assistência Social, concretizam-se por meio de resoluções.
- 119 Entre as funções da LOAS, destaca-se a de regulamentar o que foi assegurado na CF, haja vista que o reconhecimento do direito, por si só, não é suficiente para o seu exercício.
- 120 Entre os princípios que regem a política de assistência social, inclui-se o da supremacia do atendimento às necessidades sociais em relação às exigências de rentabilidade econômica, o qual está relacionado à garantia de acesso ao seguro social.

As múltiplas manifestações da questão social, sob a órbita do capital, tornam-se objeto de ações filantrópicas e de benemerência e de “programas focalizados de combate à pobreza”, que acompanham a mais ampla privatização da política social pública, cuja implementação passa a ser delegada a organismos privados da sociedade civil, o chamado terceiro setor.

Marilda Yamamoto. *Mundialização do capital, “questão social” e serviço social no Brasil*. In: *Revista em Pauta*, n.º 21, 2008, p. 125-6 (com adaptações).

Tendo o texto acima apresentado como referência inicial, julgue os próximos itens, acerca de políticas sociais.

- 121 De acordo com os críticos da desregulamentação das políticas públicas e dos direitos sociais, uma das principais consequências dessa ação é a transferência, à iniciativa privada, da assistência à população pobre.
- 122 Associa-se ao pensamento neoliberal a adoção da política de refilantropização no trato das sequelas da questão social.
- 123 Um dos argumentos comumente utilizados para explicar a crise fiscal dos estados consiste em associar as conquistas sociais acumuladas a gastos sociais excessivos, que estariam na origem dessa suposta crise.
- 124 Atualmente, observa-se uma clivagem das políticas de assistência social, que se fundamentam em duas concepções opostas: a da privatização e a da assistencialização da proteção social.
- 125 No Estado capitalista, amplia-se o campo de ação da assistência social à medida que se criam condições para o acesso da população à saúde e à previdência social públicas.
- 126 Na década passada, o Ministério da Seguridade Social foi fragmentado com a criação do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).
- 127 No Brasil, a reforma da previdência social, implementada ao longo dos anos 1990 e 2000, ocorreu devido ao *deficit* entre receita e despesa, assim como hoje ocorre com a reforma da previdência proposta pelo governo de Nicolas Sarkozy, na França.
- 128 A alegação de que a moralidade básica do trabalho e o sentido de responsabilidade individual são destruídos pelas políticas de transferência de renda aos mais pobres, sem que deles se exija esforço ou mérito, corresponde a uma visão progressista do papel do Estado.
- 129 No passado, as ações de seguridade apoiavam-se na política de previdência, ao passo que, na atualidade, fundamentam-se na política de assistência, considerada uma política estruturadora, que substituiu todas as outras, e não, um meio de acesso a outras políticas e a outros direitos.

Considerando a Política Nacional do Idoso (PNI) e o que dispõe o Estatuto do Idoso, julgue os itens seguintes.

- 130** De acordo com o que dispõe o Estatuto do Idoso acerca de alimentos, a obrigação alimentar é solidária, razão por que o idoso pode optar entre os prestadores, que têm a obrigação de prover cestas básicas em número compatível com a renda *per capita* familiar do idoso.
- 131** Ao idoso é garantida por lei a faculdade de buscar refúgio, auxílio e orientação.
- 132** Na implementação da PNI, compete aos órgãos e às entidades públicas desenvolver formas de cooperação, por meio de parcerias público-privadas, entre secretarias de saúde municipais e centros de referência em geriatria e gerontologia, para o treinamento de equipes de saúde multiprofissionais, desde que esses centros constituam organizações não governamentais.
- 133** É obrigação do Estado garantir à pessoa idosa a proteção à vida e à saúde, mediante efetivação de políticas sociais públicas que possibilitem o envelhecimento saudável e em condições de dignidade.
- 134** Ao idoso que esteja no domínio de suas faculdades mentais é assegurado o direito de optar pelo tratamento de saúde que lhe for reputado mais favorável.
- 135** A cobrança, pelas administradoras de plano de saúde, de valores diferenciados dos idosos, em razão da idade, configura espécie de discriminação, vedada por lei.
- 136** É assegurada a atenção integral à saúde do idoso, por intermédio do Sistema Único de Saúde (SUS), garantindo-se a ele o acesso universal e igualitário, em conjunto articulado e contínuo das ações e serviços, para a prevenção, promoção, proteção e recuperação da saúde, mediante a atenção especial às doenças que afetam preferencialmente os idosos.
- 137** Na implementação da PNI, compete a órgãos e entidades públicos prevenir, promover, proteger e recuperar a saúde do idoso, mediante auxílio da rede privada de atendimento à saúde.
- 138** Os ministérios das áreas de saúde, educação, trabalho, previdência social, cultura, esporte e lazer devem elaborar proposta orçamentária, no âmbito de suas competências, visando ao financiamento de programas nacionais compatíveis com a PNI.
- 139** Embora seja garantida a assistência à saúde do idoso nos diversos níveis de atendimento do SUS, a PNI recomenda expressamente que se priorize a atenção básica.

Julgue os itens a seguir, com base no que dispõe o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

- 140** Cometerá infração administrativa, punível com multa de três a vinte salários mínimos de referência, aplicada em dobro em caso de reincidência, o médico, o professor ou o responsável por estabelecimento de atenção à saúde ou de ensino fundamental, pré-escola ou creche que, tendo conhecimento de maus-tratos contra crianças ou adolescentes, deixar de comunicar o fato à autoridade competente.
- 141** Com a implantação do ECA, desapareceram os traços culturais de subalternidade e marginalização no trato às crianças e aos adolescentes que cometem infração.
- 142** É dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente o atendimento no ensino fundamental, mediante programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.
- 143** Os estabelecimentos de atendimento à saúde, nos casos de internação de criança ou adolescente, devem proporcionar condições para a permanência, em tempo integral, durante o período de internação, de um dos pais do menor de idade ou do adulto por ele responsável.

Com relação às políticas de saúde, julgue os próximos itens.

- 144** Em circunstâncias especiais, como na ocorrência de agravos inusitados à saúde pública, entre os quais se incluem os casos que possam fugir ao controle da direção estadual do SUS ou os que representem risco de disseminação nacional, pode a União executar ações de vigilância epidemiológica e sanitária.
- 145** Os recursos necessários à realização das finalidades do SUS, previstos na lei de diretrizes orçamentárias, provêm do orçamento destinado à seguridade social.
- 146** O processo de planejamento e orçamento do SUS é descendente, do nível federal até o local, ouvidos os órgãos deliberativos; na proposta de orçamento, devem ser compatibilizadas as necessidades da política de saúde com a disponibilidade de recursos em planos de saúde da União, do Distrito Federal, dos estados e dos municípios.
- 147** São fatores determinantes e condicionantes da saúde, entre outros, a alimentação, a moradia, o saneamento básico, o meio ambiente, o trabalho, a renda, a educação, o transporte, o lazer e o acesso aos bens e serviços essenciais.
- 148** Um dos objetivos do SUS é proporcionar assistência às pessoas por intermédio de ações de promoção e recuperação da saúde, com a realização cooperada das ações assistenciais e das atividades preventivas.
- 149** As ações e os serviços de saúde executados diretamente pelo SUS ou mediante participação complementar da iniciativa privada devem ser organizados de forma centralizada e hierarquizados em níveis de complexidade crescentes.
- 150** A participação complementar dos serviços privados nas ações de saúde executadas pelo SUS deve ser formalizada mediante contrato ou convênio, observadas as normas de direito público.

PROVA DISCURSIVA

- Nesta prova, faça o que se pede, usando o espaço para rascunho indicado no presente caderno. Em seguida, transcreva o texto para a **FOLHA DE TEXTO DEFINITIVO DA PROVA DISCURSIVA**, no local apropriado, pois **não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos**.
- Qualquer fragmento de texto além da extensão máxima de linhas disponibilizadas será desconsiderado.
- Na **folha de texto definitivo**, identifique-se apenas no cabeçalho da primeira página, pois não será avaliado texto que tenha assinatura ou marca identificadora fora do local apropriado.

Um senhor de 68 anos de idade relatou ao profissional do serviço social do hospital público em que foi atendido que, na localidade onde residia, não havia hospital ou clínica onde pudesse realizar hemodiálise e que, havia dois anos, aguardava um transplante de rim. Relatou, ainda, não ter condições financeiras para custear o transporte de sua cidade para o hospital mais próximo, uma vez que sustentava três filhos em idade escolar, estava incapacitado para o trabalho e sua esposa estava desempregada.

Em fase dessa situação hipotética, discorra sobre a situação da saúde no contexto brasileiro atual, abordando, necessariamente, os seguintes aspectos:

- ▶ seguridade social no Brasil;
- ▶ intervenção adequada do referido profissional de serviço social.

RASCUNHO

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	